

ATLANTIDA

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Luís Andrade

Zília Osório de Castro



Neste contexto, ou seja, tendo em conta o entendimento da Atlântida como utopia, o seu significado terá de se procurar no texto original – a Atlântida de Platão nos textos de Timeu e de Crítias – e nas múltiplas inserções cronológicas e topológicas que fazem a sua história. Da fonte que lhe deu vida saem correntes da mesma água que vai vivificando os locais por onde passa, os quais, por sua vez, vão recebendo sinais da sua passagem. Deste modo, as utopias não deixam de ser pontos de partida pela universalidade das ideias enunciadas e, ao mesmo tempo, pontos de chegada pelos reflexos particulares que produzem e que as modificam em aspectos acidentais. Assim, as utopias ficam indissoluvelmente ligadas não só ao seu autor como também ao seu receptor e divulgador. Além disso, “pertencem” à sociedade em que nasceram. Situa-las contribui, pois, para a sua inteligibilidade quer a nível individual, quer a nível social, posto que revelam o grau de ideias e sentimentos presentes na sua génese e no seu eventual desenvolvimento. Digamos, por fim, que, embora se definam no não tempo e no não lugar, elas estão no tempo e no lugar pela imaginação dos autores, pelos reflexos na sociedade, pela inevitabilidade e mutabilidade da sua expressão. A este respeito salientamos, mais uma vez, as palavras de Paul Ricoeur: “A capacidade de alguém se dirigir para além da audiência imediata a uma audiência desconhecida e a capacidade de falar a vários períodos de tempo prova[m] que as ideias importantes não são simplesmente ecos. Não são simplesmente reflexos no sentido de espelhar”.¹

Este modo de definir as utopias aplica-se, segundo se julga, à “outra Atlântida”, isto é, a *Atlantida* de João de Barros e de João do Rio. De fato, enunciaram um projeto de futuro que unia Portugal e o Brasil numa unidade singular, objetivando no tempo um ideal do não tempo, ou seja, a latinidade, como anteriormente se referiu. No entender de ambos, esta concretizava uma permanência que existia para além dos tempos, atribuindo-lhe agora as características que eles, situados no tempo, imaginavam como ideal a atingir. Neste sentido, escrevia João de Barros, referindo-se à situação recíproca dos dois países de aquém e além-oceano: “falar a mesma língua, representar a mesma raça, ter uma fórmula comum de civilização – e viverem tão separados um do outro como até há pouco tempo viviam os dois povos, eis um fato estranho que não me pertence explicar, mas que era altamente prejudicial tanto para

¹ Ibidem, p. 506.

portugueses como para brasileiros”.² Tinha a certeza de que havia aspirações comuns entre os dois povos, sem tentar sequer explicar a sua gênese. Existiam. Era para ele uma realidade indiscutível que importava situar no tempo e no espaço, demonstrando que não eram puras utopias. Tornava-se indispensável “dar consciência a essas aspirações, mostrar a razão profunda da solidariedade que os une [...] e desvendar uma perante a outra a alma brasileira e a alma portuguesa”.³ Talvez por um excesso de paradoxismo, falava mesmo numa “aproximação total de espíritos, de desejos e de almas”.⁴ A cidade ideal de Thomas More, aqui representada por uma identidade comum, iria tornar-se real quando se concretizassem as intenções de quantos acreditassem nela e cooperassem numa ação de ambos os países, guiados pelo que consideravam ser “as maiores razões de existir para o Brasil e para Portugal”.⁵ O idealismo extremo deste modo de pensar atingia os raios da utopia pura, só não a atingindo pela componente realizável que a acompanhava e lhe era tão essencial como o fator ideal. Além disso, o elemento coletivo aliava-se ao elemento individual na construção de um futuro que se idealizara como comum, concretizando a ação do Estado e as iniciativas dos cidadãos guiados pelo mesmo ideal cultural que se espelhava na Atlântida com que tanto João de Barros e João do Rio sonhavam e que encontrava na criação da revista *Atlântida* além do seu órgão divulgador, a expressão da sua “utopia”.

João do Rio partilhava com este seu amigo idêntico modo de pensar. Para ele, a Atlântida era também uma utopia por que prescindia de lugares e de datas. Prescindindo deste modo da História para nela fundamentar a sua existência, não era por isso menos real, porque estava, para além dela, sempre presente no imaginário dos sonhadores. “Para os poetas” – salientava – “a expressão das raças, e para as raças sonhadores coletivos, existia sempre, porém, e existe, e existirá”.⁶ Não aceitava, contudo, que a utopia nascida da imaginação dos sonhadores fosse uma mera ficção. Tal como Paul Ricoeur pensava, a utopia “possuía o poder ficcional de reescrever a vida”, apresentando-se, por isso, como uma “alternativa ao poder presente” ou como

² BARROS, João de. *Atlântida...*, op. cit., p. 7.

³ *Ibidem*, p. 8.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*, p. 9.

⁶ RIO, João do. *O sonho...*, op. cit., p. 11.

“uma forma alternativa de poder”.⁷ Isto significava que ela tinha em si um dinamismo que implicava poder de intervenção na sociedade. Ou seja, a utopia, quer fosse sonho, quer ficção, implicava inserção na realidade como elemento de transformação. O modo de pensar de João do Rio não seria essencialmente diferente neste aspecto. A “sua” *Atlantida* não representava “o sentimento de perfeição realizada”, mas “o espírito de conquista, de descobrimento, de fortuna”.⁸ E, neste mesmo sentido de construção, de progresso e de confiança na própria capacidade, continuava: “Nós procuramos no imperfeito a felicidade. O Atlântico é o mar da esperança”.⁹ Para reforçar a ideia de que sonhar seria uma constante dos seres humanos, não resistiu à tentação de invocar Victor Hugo:

Les philosophes pleins de crainte ou d'espérance
Songent, et n'ont entre eux pas d'autre différence
En révélant l'Eden et même en le prouvant
Que le voir en arrière ou le voir en avant.¹⁰

Procurar na imperfeição a felicidade... estas palavras encerravam todo um plano de vida em que, apesar das dificuldades, era possível professar um ideal de felicidade e ter esperança na sua conquista. No caso presente, a *Atlantida* expressava para João do Rio este ideal de felicidade, que só pela coragem se atingia, e que trazia com ela a alegria da glória e do triunfo que resultava da satisfação do desejo próprio de cada um de “realizar-se, realizando”.¹¹ No seu modo de ver, a *Atlantida* e o Atlântico formavam os dois elos de uma cadeia que garantia o caminho da realização individual e coletiva. Olhava-a como “a ilha onde está o pomo de ouro da felicidade [...]; a terra abstrata do conhecimento, do saber, da adivinhação [...]; o grande abraço mental entre a Europa e a América”.¹² Sentia neste amplexo “o filtro do mago oceano estupendo”, que o desafiava a realizar “mil obras de vigor e de energia, derrubar

⁷ RICOEUR, Paul. Ideologia..., op. cit., p. 501.

⁸ RIO, João do. O sonho..., op. cit., p. 13.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Tradução livre: Os filósofos cheios de medo ou de esperança sonham e para eles não há qualquer diferença em revelar o Éden e mesmo de comprová-lo. HUGO, Victor apud RIO, João do. O sonho..., op. cit., p. 13.

¹¹ Ibidem, p. 15.

¹² Ibidem.

obstáculos, conquistar a felicidade, com a minha vontade, com o meu desejo, com a minha força, com o meu querer”.¹³ A possibilidade de reunir Portugal e o Brasil “numa grande e nova Lusitânia” implicava, afinal, o domínio do Atlântico, não como algo que lhe fosse estranho, mas como pertença própria, porque havíamos sido “nós que o criamos para a vida”, tornando-o nosso “porque aos pouco fomos a descobri-lo, a povoá-lo, a dominá-lo”.¹⁴

Enfim, para João do Rio, a *Atlantida* definia-se em termos de felicidade, como uma “utopia realizável”, pela união dos dois continentes atlânticos num projeto comum com raízes culturais na lusitanidade e na latinidade dos seus dois povos, desenvolvidas ao longo dos séculos. Esta “outra Atlantida” ia além do mito e da utopia que a imaginação humana havia eventualmente criado. Resultava do espírito humano empreendedor, guiado por uma cultura que se pretendia única embora com componentes diferentes. O ideal assim como o projeto que o concretizaria não deixavam de ser aliciantes e exaltantes para os ânimos dos seus autores, apesar das dificuldades previstas para pô-los em prática. E, afinal, foram estas, como a expressão atualizada das causas que acima se denominaram pré-catastróficas, a fazer gorar uma iniciativa julgada promissora e a ditar o seu aniquilamento, “a sua catástrofe”. Irmanada com todas as atlântidas, também a *Atlantida* de João de Barros e de João do Rio desapareceu, deixando apenas a memória de um projeto que nunca se concretizou.

Zília Osório de Castro em Lucia Maria Paschoal Guimarães, Luís Andrade e Zília Osório de Castro, *Atlantida. A invenção da comunidade luso-brasileira*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2013, pp. 73-77.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.